

TEMA EM DISCUSSÃO: A exploração da Amazônia

NOSSA OPINIÃO

Proteção demais

Pelo patrimônio incalculável que representa, por sua importância para o clima da Terra, pela cobiça que desperta no mundo inteiro, a Amazônia inspira paixões que costumam obscurecer a realidade. Nesse clima emotivo, muitas vezes a intolerância dos que se dispõem a defendê-la é tão prejudicial quanto a ganância dos que só querem avançar sobre ela como aves de rapina.

A proposta de moratória de dez anos, para qualquer tipo de desmatamento na região é uma dessas reações apaixonadas, que conduzem a exageros e, por isso mesmo, resultam ineficazes.

Com o que se sabe da Amazônia, a esta altura ninguém questiona a necessidade de proteger sua riqueza vegetal, a saúde de suas águas, a pureza da sua atmosfera e os recursos do seu subsolo.

Não há quem ignore os efeitos do desmatamento indiscriminado e das queimadas no aquecimento do clima — assim como os da atividade ilegal de madeireiras e garimpeiros.

Mas não se preserve um patrimônio tão opulento com medidas estabanasadas. Os recursos técnicos de que dispomos — a serem multiplicados com a implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia — permitem traçar, de cabeça fria e sem perda de tempo, uma política racional de proteção.

Deve-se ter em mente que a Amazônia não é um território uniformemente coberto de mata — e do mesmo tipo de mata. Nem tudo é árvore secular, madeira de lei, planta medicinal, espe-

cie rara. Nem todas as áreas abrigam uma fauna exclusiva, incapaz de se adaptar a novas circunstâncias.

Há lugares que pouco se diferenciam do resto do Brasil, onde é possível desmatar para plantar soja — ou pasto, ou qualquer outra cultura — sem prejuízo para o clima, ou sem que isso configure desperdício e mau uso de recursos naturais.

Há lugares onde a queimada não é, necessariamente, prática condenável; e onde é possível extrair madeira e reflorestar, sem prejuízo da diversidade biológica.

É verdade, também, que existem regiões nas quais a fraqueza do solo é tal que derrubar árvores equivale a semear desertos. E outras onde desmatar para plantar qualquer coisa, ou para construir seja o que for, é prova de insensatez econômica, pois o que se tira é infinitamente mais valioso do que o que se põe no lugar.

É exatamente essa diversidade que faz a riqueza ímpar da Amazônia. Mas a riqueza não trará benefícios se não for aproveitada — ou trará benefícios para poucos e prejuízos para muitos se for mal explorada.

Como se trata de área imensa, simplificar e generalizar é um erro. O que se aplica a um lugar não se aplica, necessariamente, a outro. Como já foi dito, o Brasil tem meios para fiscalizar o conjunto. O que ainda não tem é o conhecimento específico de cada pedaço, de cada sub-região — indispensável para bem administrar herança tão fabulosa.

Mas a riqueza não trará benefícios se não for aproveitada

OUTRA OPINIÃO

Moratória para salvar

GILNEY VIANA

O desmatamento tem sido, nos últimos 30 anos, o elemento central da estratégia de ocupação da Amazônia, sob o falso pressuposto da inesgotabilidade da floresta.

Essa estratégia de ocupação foi executada em dois movimentos básicos: a migração promovida pelo Estado, que elevou a população de 5,6 milhões de 1960 para 18 milhões de habitantes em 1997; e os projetos agropecuários incentivados pelo Estado — ambos suportados pela conversão da floresta em pastagens e áreas de cultivo; complementadas por duas outras atividades toleradas pelo Estado, o garimpo e a exploração madeireira — que promoveram alterações significativas na floresta, com grande perda de biodiversidade.

O passivo ambiental se contabiliza em torno de 50 milhões de hectares destruídos totalmente por desmatamento; e entre cem e 150 milhões de hectares destruídos parcialmente, por exploração madeireira, mineração, incêndios florestais e ocupação desordenada da Floresta Amazônica.

Estimamos hoje uma taxa de cinco a seis milhões de hectares/ano de destruição total e parcial da Floresta Amazônica; o que nos autoriza prever o seu desaparecimento, enquanto bioma integrado, nos próximos 50 anos.

Essa é a razão fundamental da proposta de moratória do desmatamento por dez anos, até que se promova o zoneamento ecológico econômico da Amazônia.

A idéia da preservação da Floresta Amazônica é tão forte na consciência nacional e internacional que ninguém ousa defender abertamente o desflorestamento, e apelam para uma falsa contradição entre moratória de desmatamento e sobrevivência da população, 61% urbanizada. Já em 1984, cientistas e pesquisadores da Amazônia — sob a coordenação da Embrapa — pediam a moratória do desmatamento no Simpósio do Trópico Úmido; certos de que a área convertida era suficiente para viabilizar as atividades produtivas agropecuárias, e alimentar toda a população regional.

Em 1997, pesquisas do Ipam — Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia/Bird — revelam que cerca de 80% da área queimada pertenciam a médias e grandes propriedades, mostrando que tanto as queimadas quanto os desmatamentos funcionam como uma transferência de renda da sociedade para atividades predatórias, como métodos arcaicos, baixa produtividade e alto custo ambiental.

Enfim, a proposta da moratória de desmatamento faz parte de um

conjunto coerente de sugestões, como o zoneamento ecológico econômico, política de incentivos à manutenção da floresta em pé, e a todas as atividades de uso e exploração das riquezas florestais, inclusive madeiras, de forma sustentável.

Do contrário é assistir passivamente à morte anunciada da Floresta Amazônica.

...é assistir passivamente à morte anunciada da Floresta